

VERITAE

TRABALHO – PREVIDÊNCIA SOCIAL – SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Orientador Empresarial

ARTIGOS

PREVIDÊNCIA E DESPRIVATIZAÇÃO

** Por Wilson Romero*

O economista inglês John Williamson, do International Institute for Economy, pregava, no final dos anos 80, o “Consenso de Washington” como “o mínimo denominador comum de recomendações de políticas econômicas que estavam sendo cogitadas pelas instituições financeiras baseadas em Washington e que deveriam ser aplicadas nos países da América Latina (...)”.

As recomendações principais abordavam disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros e câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação (leis econômicas e trabalhistas) e direito à propriedade intelectual.

No bojo destas medidas, a desestatização dos sistemas de proteção social do continente assumiu papel preponderante tendo como modelo a “menina dos olhos” na América Latina que já era a previdência chilena, modificada em 1981. Depois disto, vieram outras medidas privatizantes pelo continente, subservientes ao mesmo ideário.

Até no Brasil, durante a Constituinte de 1988, depois na revisão constitucional de 1993 e nos debates que antecederam as Emendas Constitucionais 20/98, 41/03 e 47/05, sempre renascia a quimera liberal de colocar por terra o sistema público de aposentadorias. Pelo seu elevado custo, a operação foi abortada, mas surgiram alternativas de incentivo ao crescimento dos fundos de pensão, que hoje detêm ativos superiores a R\$ 470 bilhões.

Em março deste ano, os pilares do “Consenso” foram abalados com a “reforma previdencial” chilena, que promoveu uma reviravolta na proteção aos “jubilados”, voltando a ter uma participação pública expressiva. Lá, só neste ano, os fundos (AFPs) perderam mais de US\$ 20 bilhões, cerca de 20% de seu patrimônio.

Agora, com o dominó financeiro atingindo pobres e ricos, o “meia-volta-volver” ocorre na Argentina, onde Cristina Kirchner, em 21 de outubro, assinou o projeto de lei que reestatiza o sistema de capitalização das suas AFPs, existentes desde 1994.

O oráculo Paul Krugman já falava sobre os efeitos da desestatização, em 2004, no The New York Times: “A privatização dissipa uma grande fração das contribuições dos trabalhadores em comissões pagas às empresas de investimento. E deixa muitos dos aposentados na pobreza”.

Por aqui, a despeito de os fundos de pensão fechados terem sofrido – nos últimos dias - rombos superiores a R\$ 40 bilhões em suas posições mobiliárias, a sua “outra face”, a previdência pública, segundo autoridades do setor, “vai muito bem”, com redução de déficits e recuperação do trabalho formal.

O governo anuncia, apesar disto, que suas contas previdenciárias podem ter seu equilíbrio quebrado se aprovados os projetos, em tramitação no Congresso, que acabam com o fator previdenciário e reajustam aposentadorias acima do salário-mínimo. Mas, esta é uma outra discussão...

() jornalista, auditor, diretor da Associação Riograndense de Imprensa, da Fundação Anfip de Estudos da Seguridade Social e da Associação Gaúcha dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – e-mail: vilsonromero@yahoo.com.br*

As opiniões expressas nesta Seção são de responsabilidade de seus Autores, sendo, a divulgação por VERITAE Orientador Empresarial, devidamente autorizada pelos mesmos.
veritae@veritae.com.br
21 22459737